

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DAF
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES - COLIC

Paranaguá/ PR, 4 de outubro de 2024.

AO CSUPR

Senhor Coordenador

Assunto: Contratação de empresa especializada para a elaboração de projeto básico de estruturas para movimentação, atracação e amarração de embarcações de resposta à emergência.

SAP N° 1000000126

Trata-se de solicitação da **DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO**, para contratação de empresa especializada para a elaboração de projeto básico de estruturas para movimentação, atracação e amarração de embarcações de resposta à emergência, visando estabelecer infraestrutura com condições e acessos seguros e efetivos ao atendimento de respostas às emergências na Portos do Paraná, conforme justificativas, escopo e demais especificações técnicas descritas no Termo de Referência e anexos.

De acordo com as informações inseridas no Termo de Referência os serviços requeridos são classificados como comuns, nos seguintes termos:

18. CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS

Considerando que bens e serviços comuns são aqueles “cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”, o objeto deste Termo de Referência não se trata da prestação de serviços de natureza comum.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DAF
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES - COLIC

Portanto, com fundamento na classificação dos bens definida pela área técnica, fica afastada a adoção da modalidade de licitação pregão preferencialmente traçada pelo Art. 32, IV, da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 3º, IV do REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA APPA – RILC.

Uma vez prejudicada a modalidade pregão, o art. 51 da Lei 13.303/2016 e art. 144 do RILC definem as fases do **Procedimento de Licitação Eletrônica** para realizar a contratação do objeto, sendo que o certame se dará na forma eletrônica.

Outrossim, o art. 54 da norma e art. 190 do Regulamento estabelecem os critérios de julgamento que poderão ser adotados na licitação:

Poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor combinação de técnica e preço;

IV - melhor técnica;

V - melhor conteúdo artístico;

VI - maior oferta de preço;

VII - maior retorno econômico;

VIII - melhor destinação de bens alienados.

De acordo com as características técnicas elencadas no termo de referência a execução do objeto deverá adotar o regime de contratação de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, conforme disposto no art. 42, inciso V, da Lei 13.303/2016:

Art. 42. Na licitação e na contratação de obras e serviços por empresas públicas e sociedades de economia mista, serão observadas as seguintes definições:

(...)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DAF
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES - COLIC

II - empreitada por preço global: contratação por preço certo e total;

Da mesma forma o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA-RILC/APPA (OS 109/2021) prevê:

Seção V - Disposições específicas para obras e serviços de engenharia

Art. 155 - Os contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia admitirão os seguintes regimes, desde que observado os ditames da Lei 13.303/2016:

(...)

II - empreitada por preço global: contratação por preço certo e total;

No que se refere a publicação do instrumento convocatório, tratando-se de contratação de obras e serviços, baseados no art. 162 do RILC da APPA, deverá ser obedecido o prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis de intervalo entre a publicação do aviso e a abertura de sessão. Esta aplicação se justifica em razão da observância da regra de prevalência do art. 162, II, “a” do RILC, *in verbis*:

Art. 162 Os procedimentos licitatórios disciplinados por este Regulamento serão divulgados no sítio eletrônico da APPA, devendo ser adotados os seguintes prazos mínimos para apresentação de propostas ou lances, contados a partir da divulgação do instrumento convocatório:

(...)

II - para contratação de obras e serviços:

a) 15 (quinze) dias úteis, quando adotado como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto.

Dessa forma, considerando que o setor requisitante objetivo contratar a execução dos serviços técnicos, nas condições especificadas no Termo de Referência e anexos,

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DAF

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES - COLIC

o **PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO PÚBLICA ELETRÔNICA** deve adotar o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** e o regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos da fundamentação acima.

Tecidas as considerações acima e justificado pela existência de disponibilidade financeira quando do registro da demanda no SAP, junta-se MINUTA DO EDITAL, com encaminhamento posterior à DJU para tomada das providências cabíveis.

.

ANGELO G. BOCHENEK

Coordenador de Licitações